



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 190,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henriques de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries Kz: 440 375.00	
	A 1.ª série Kz: 260 250.00	
	A 2.ª série Kz: 135 850.00	
	A 3.ª série Kz: 105 700.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 142/12:

Aprova o Estatuto Orgânico da Escola Superior Pedagógica do Bengo.
— Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Ministério da Energia e Águas

Despacho n.º 852/12:

Integra Luis Filipe da Silva, Joaquim Ventura e Fátima Maria da Conceição Rodrigues Coelho Martins, para junto dos Serviços de Migração e Estrangeiros, solicitar pedidos de Concessão de Vistos e Actos Migratórios, a favor de trabalhadores expatriados, que prestam serviços ao Sector da Energia e Águas, em aditamento ao Despacho n.º 401/12 de 30 de Abril. — Revoga todos os despachos que contrariem o presente aditamento.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 142/12
de 22 de Junho**

Tendo sido criada a Escola Superior Pedagógica do Bengo, instituição do ensino superior pública através do Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, do Conselho de Ministros;

Considerando que as instituições de ensino superior assumem como principal desígnio a produção da difusão do conhecimento científico e cultural, bem como a criação de um espaço de formação dinâmico e aberto a todas as áreas das ciências e tecnologias;

Havendo necessidade de se proceder à aprovação do Estatuto Orgânico da Escola Superior Pedagógica do Bengo, instrumento fundamental para a sua organização e funcionamento, nos domínios do ensino, da investigação científica e da extensão universitária, com vista ao melhor cumprimento das suas atribuições como instituição de ensino superior;

Considerando o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto n.º 90/09, que estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Sistema de Ensino Superior, de 15 de Dezembro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto Orgânico da Escola Superior Pedagógica do Bengo, anexo ao presente diploma e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

Artigo 3.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Artigo 4.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 18 de Abril de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Maio de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO ORGÂNICO DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DO BENGO

CAPÍTULO I

Natureza, Missão, Tutela e Autonomia

ARTIGO 1.º (Natureza jurídica)

A Escola Superior Pedagógica do Bengo, abreviadamente designada por ESPB, criada pelo Decreto n.º 7/09, de 12 Maio, é nos termos da lei uma pessoa colectiva de

direito público, com estatuto de instituto público e goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial.

ARTIGO 2.º

(Âmbito e sede)

A ESPB é de âmbito provincial e desenvolve as suas actividades académicas, pedagógicas e sociais na Província do Bengo, onde tem a sua sede.

ARTIGO 3.º

(Missão)

A ESPB é uma instituição de ensino integrada no subsistema de ensino superior, que tem por missão o desenvolvimento de actividades de ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade, através da promoção, difusão, criação, transmissão da ciência e cultura, bem como a promoção e realização de investigação científica na área de ciências de educação.

ARTIGO 4.º

(Tutela)

A ESPB é tutelada pelo Departamento Ministerial do Executivo encarregue do planeamento, orientação, coordenação, supervisão do processo de formação e da implementação da política nacional para o desenvolvimento do ensino superior em Angola.

ARTIGO 5.º

(Direito aplicável)

A ESPB rege-se pelo presente Estatuto, pela legislação que especificamente diz respeito ao subsistema de ensino superior, bem como pela legislação complementar em vigor no ordenamento jurídico angolano.

ARTIGO 6.º

(Atribuições)

1. A ESPB é uma instituição de ensino superior pública, vocacionada para a promoção do ensino e investigação científica, bem como para a criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, em prol da sociedade angolana, em particular da comunidade em que está inserida.

2. Na prossecução dos objectivos a que se propõe, a ESPB tem as seguintes atribuições:

- a) Assegurar a formação humana, cultural, artística, profissional, científica, técnica, moral e social de qualidade e de excelência;
- b) Organizar e ministrar cursos conducentes à obtenção dos graus académicos de bacharelato e licenciatura na área de ciências de educação;

c) Assegurar a colaboração com entidades oficiais e particulares vocacionadas para o estudo das políticas nacionais de educação, de ciência e de cultura;

d) Conservar, valorizar, difundir e ampliar o património imobiliário, científico, tecnológico, cultural e artístico;

e) Promover actividades de ensino extra-curriculares e de formação profissional e tecnológica, para inserção dos formandos no mercado de trabalho;

f) Conceder graus e títulos académicos ou honoríficos, certificados e diplomas, nos termos da legislação em vigor;

g) Promover acções conducentes à captação de recursos destinados à criação de um fundo para o desenvolvimento da instituição;

h) Promover a mobilidade académica de docentes e discentes a nível da região académica, de acordo com a legislação em vigor;

i) Proceder à prestação de contas às entidades competentes;

j) Promover o intercâmbio cultural, científico e tecnológico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, bem como com as demais instituições vocacionadas para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da investigação científica;

k) Promover e difundir actividades extra-curriculares destinadas ao corpo discente;

l) Definir a política geral de desenvolvimento da ESPB;

m) Exercer as demais tarefas que lhe forem superiormente cometidas.

ARTIGO 7.º

(Autonomia)

1. No âmbito da prossecução dos seus objectivos, a ESPB goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

2. No domínio da autonomia científica e pedagógica, compete à ESPB o seguinte:

a) Propor ao Departamento Ministerial de tutela a criação de cursos superiores;

b) Elaborar planos, programas e projectos de desenvolvimento nos domínios da formação académica e da prestação de serviços à comunidade;

- c) Elaborar currículos, planos de estudo, programas das respectivas disciplinas e projectos de desenvolvimento nos domínios da formação, da investigação e da prestação de serviços à comunidade;
- d) Propor ao Departamento Ministerial de tutela a criação e extinção de unidades orgânicas;
- e) Promover reformas curriculares aos planos de estudo dos cursos acreditados, nos termos da lei;
- f) Definir métodos de ensino e de investigação, bem como de avaliação;
- g) Executar os programas de cursos previamente definidos e aprovados nos planos de desenvolvimento institucional;
- h) Garantir a liberdade académica e cultural;
- i) Desenvolver mecanismos de avaliação interna do desempenho da instituição, com vista à promoção da qualidade dos serviços;
- j) Assegurar a pluralidade de doutrinas e de métodos que garantam a liberdade de ensinar e de aprender;
- k) Elaborar e executar regularmente programas de superação dos docentes ao seu serviço;
- l) Promover regras de acompanhamento, controlo e fiscalização da actividade docente;
- m) Promover a realização de conferências com fins académicos ou pedagógicos, bem como fóruns, feiras e outros eventos ligados à cultura, à ciência e às tecnologias.

3. No domínio da autonomia administrativa e patrimonial, compete à ESPB, o seguinte:

- a) Assegurar a gestão e o normal funcionamento da instituição;
- b) Elaborar os seus estatutos, bem como os regulamentos internos de funcionamento;
- c) Recrutar e impulsionar a formação do corpo docente e do pessoal administrativo;
- d) Promover a progressão na carreira docente, bem como do pessoal administrativo;
- e) Estabelecer o quadro de pessoal e promover a sua revisão periódica, nos termos da legislação em vigor;
- f) Recrutar e enquadrar o pessoal fora do quadro de pessoal estabelecido, nos termos da legislação em vigor;
- g) Administrar o património posto à sua disposição, nos termos da legislação em vigor.

4. No domínio da autonomia financeira, compete à ESPB o seguinte:

- a) Elaborar o projecto de orçamento, os planos anuais e plurianuais e submetê-los à aprovação da entidade competente;
- b) Aceitar subvenções e doações de entidades nacionais e estrangeiras ou ainda de organizações internacionais, com base na legislação em vigor;
- c) Gerir o orçamento da ESPB com base nos limites estabelecidos na legislação em vigor;
- d) Gerir os fundos provenientes dos serviços desenvolvidos pela instituição;
- e) Arrecadar receitas provenientes da actividade de ensino, estudos, investigação científica e outros projectos executados pela ESPB, nos termos da legislação em vigor.

5. No domínio da autonomia disciplinar, compete à ESPB prevenir e sancionar as infracções disciplinares praticadas pelos docentes, discentes, funcionários e demais agentes, no desempenho das suas tarefas, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

Organização Interna

SECÇÃO I

Estrutura

ARTIGO 8.º

(Órgãos e serviços)

1. A gestão da ESPB é exercida pelos seguintes órgãos e serviços:

- a) Órgão Executivo de Gestão:
 - i) Director Geral.
- b) Órgãos Auxiliares de Gestão:
 - i) Director Geral-Adjunto para Área Académica;
 - ii) Director Geral-Adjunto para Área Científica;
 - iii) Secretário Geral.
- c) Órgãos Colegiais:
 - i) Assembleia;
 - ii) Conselho de Direcção;
 - iii) Conselho Científico;
 - iv) Conselho Pedagógico.
- d) Serviços de Apoio Técnico:
 - i) Gabinete do Director Geral;
 - ii) Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos;
 - iii) Gabinete do Secretário Geral;
 - iv) Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional;

- v) Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística;
- vi) Departamento Jurídico;
- vii) Departamento de Informação Científica e Documentação.
- e) Serviços Executivos:
 - i) Departamento de Assuntos Académicos;
 - ii) Departamento de Administração e Gestão do Orçamento;
 - iii) Departamento de Recursos Humanos;
 - iv) Departamento de Apoio Social, Cultural e Desportivo.
- f) Serviço de Apoio:
 - i) Biblioteca.

2. Para além dos órgãos e serviços referidos no número anterior, a ESPB é integrada na sua estrutura por unidades orgânicas de ensino e de investigação, encarregues da prossecução da sua missão no domínio do ensino, da investigação científica e da prestação de serviços à comunidade, nos termos do disposto no presente Estatuto.

3. Os órgãos e serviços da ESPB funcionam e organizam-se de acordo com regulamento próprio.

SECCÃO II

Órgãos Executivos de Gestão

SUB-SECÇÃO I

Titular do Órgão Executivo de Gestão

ARTIGO 9.º

(Director Geral)

1. O Director Geral é o órgão executivo de gestão da ESPB, nomeado pelo titular do Departamento Ministerial que tutela o subsistema do ensino superior, de entre os candidatos eleitos pela assembleia da instituição, com base na legislação em vigor.

2. No exercício das suas funções, ao Director Geral compete o seguinte:

- a) Velar pela observância da lei, dos regulamentos, bem como das orientações metodológicas do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior, para o normal funcionamento da instituição;
- b) Dirigir, coordenar, supervisionar e fiscalizar todas as actividades da instituição;
- c) Representar a instituição nos foros nacionais e internacionais;

- d) Submeter ao Departamento Ministerial de tutela do ensino superior, os projectos de orçamento e o plano de desenvolvimento da instituição;
- e) Assegurar a coordenação das actividades dos órgãos académicos, dotando-os de qualidade e eficiência;
- f) Elaborar o relatório anual de actividades e contas da instituição e submetê-lo á aprovação da Assembleia e á homologação do Departamento Ministerial que tutela o ensino superior;
- g) Assinar os diplomas de concessão de graus académicos;
- h) Presidir, com voto de qualidade, as reuniões do Conselho de Direcção;
- i) Nomear e conferir posse aos titulares dos diferentes serviços da instituição;
- j) Admitir o pessoal docente e não docente, nos termos da legislação em vigor;
- k) Definir as linhas de cooperação com instituições nacionais e internacionais;
- l) Assinar convénios, acordos e protocolos com outros estabelecimentos de ensino superior, bem como com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras do interesse da ESPB;
- m) Ratificar contratos que compreendam matérias de âmbito pedagógico ou cultural;
- n) Exercer o poder disciplinar sobre o pessoal docente e não docente, bem como sobre os discentes da ESPB;
- o) Definir e orientar o apoio à conceder aos estudantes da ESPB, no quadro dos serviços sociais e das actividades extra-curriculares e académicas;
- p) Submeter á apreciação e pronunciamento da Assembleia da ESPB, as alterações do estatuto orgânico, os regulamentos de funcionamento, os planos anuais e plurianuais da instituição e os relatórios de actividades e contas;
- q) Declarar as receitas extraordinárias e doações recebidas pela ESPB;
- r) Presidir ao Conselho de Direcção;
- s) Nomear o júri para transição de categorias do corpo docente, sob proposta do Conselho Científico, com base no Estatuto da Carreira Docente e das orientações metodológicas do órgão de tutela;
- t) Propor ao Departamento Ministerial de tutela, a criação de um fundo de desenvolvimento da instituição, sob recomendação da Assembleia da Escola;

- u) Velar pela formação e permanente superação e desenvolvimento do corpo docente;
- v) Desempenhar as tarefas que lhe sejam confiadas por lei e as demais que lhe forem determinadas superiormente.

3. O Director Geral é coadjuvado por dois Directores Gerais-Adjuntos.

4. Nas suas ausências ou impedimentos o Director Geral é substituído por um dos Directores Gerais-Adjuntos, por si designado.

ARTIGO 10.º

(Duração do mandato)

1. O mandato do Director Geral tem a duração de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado para mais um mandato.

2. Em caso de grave violação das normas gerais reguladoras do subsistema para o ensino superior e demais legislação, o mandato do Director Geral pode ser suspenso ou dado por findo pelo Titular do Departamento Ministerial de tutela, ouvidos os órgãos colegiais da instituição.

3. Nos casos previstos no número anterior, o Departamento Ministerial de tutela deve garantir o funcionamento da instituição, através da nomeação de uma comissão de gestão, com vigência de até 12 (doze) meses.

4. A demissão do Director Geral é extensível aos Directores Gerais-Adjuntos.

ARTIGO 11.º

(Designação do Director Geral)

1. O Director Geral é designado pelo Titular do Departamento Ministerial de tutela, com base nos três candidatos eleitos pela Assembleia da ESPB.

2. Os três candidatos referidos no número anterior são eleitos em escrutínio secreto, de entre os candidatos inseridos na carreira de professor ou de investigador e que preenchem cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Possuir uma das duas qualificações académicas mais elevadas na instituição;
- b) Possuir uma das duas categorias de topo da carreira docente ou da carreira de investigador na instituição;
- c) Possuir realizações de relevo na sua carreira profissional, devidamente comprovadas;
- d) Possuir referências irrepreensíveis de idoneidade moral e cívica;
- e) Possuir, no mínimo, 5 (cinco) anos de prestação de serviço na instituição.

3. O processo de eleição dos três candidatos, consta do regime geral eleitoral das instituições de ensino superior

públicas e do regulamento próprio a aprovar pela Assembleia da instituição.

ARTIGO 12.º

(Incapacidade do Director Geral)

1. Na situação em que se comprove a incapacidade temporária ou prolongada do Director Geral, assume a função um dos Directores Gerais-Adjuntos por ele designado.

2. Caso a incapacidade se prolongue por mais de 120 (cento e vinte) dias, o Conselho de Direcção deve propor ao Presidente da Mesa da Assembleia a convocação da eleição dos três candidatos a Director Geral, nos termos do presente Estatuto e demais legislação em vigor.

3. Em caso de vacatura ou reconhecimento da situação de incapacidade permanente do Director Geral, deve o Departamento Ministerial de tutela garantir o funcionamento da instituição, através da criação de uma comissão de gestão, até a realização da eleição de três candidatos e posterior nomeação e tomada de posse do novo Director Geral, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 13.º

(Destituição do Director Geral)

1. Em situação de gravidade para a vida da instituição ou grave violação da lei, a Assembleia da instituição, convocada por 1/3 (um terço) dos seus membros, desde que representados por elementos dos diferentes corpos, pode propor por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros efectivos, a destituição do Director Geral, ao Departamento Ministerial de tutela a quem compete decidir.

2. Ainda em situação de gravidade para a vida da instituição e/ou grave violação da lei, o Director Geral é exonerado pelo Departamento Ministerial de tutela, após audição da Assembleia da instituição, com esse objectivo.

3. Nos casos previstos neste artigo, o Departamento Ministerial de tutela deve garantir o funcionamento da instituição de ensino através da indicação de uma comissão de gestão, que cria as condições para um novo processo eleitoral no prazo máximo de 12 (doze) meses.

ARTIGO 14.º

(Directores Gerais-Adjuntos)

1. O Director Geral é coadjuvado, nos termos do presente Estatuto por dois Directores Gerais-Adjuntos, sendo um para a Área Científica e outro para a Área Académica.

2. Os Directores Gerais-Adjuntos são propostos pelo Director Geral de entre os docentes e investigadores nacionais em tempo integral na instituição e são nomeados pelo titular do Departamento Ministerial de tutela.

3. O mandato dos Directores Gerais-Adjuntos finda com o termo do mandato do Director Geral ou com a cessação das funções deste.

ARTIGO 15.º

(Secretário Geral)

1. O Director Geral é coadjuvado por um Secretário Geral, com a categoria de Director Geral-Adjunto na gestão administrativa, financeira e patrimonial da instituição.

2. Ao Secretário Geral compete a gestão administrativa, dos recursos humanos, do orçamento, do património, do parque informático, das relações públicas e dos serviços de apoio logístico.

3. O Secretário Geral é nomeado pelo titular do Departamento Ministerial de tutela, sob proposta do Director Geral.

SUBSECCÃO II

Assembleia da Escola

ARTIGO 16.º

(Composição)

1. A Assembleia é o órgão colegial máximo do ESPB, dirigida por um presidente eleito.

2. São membros da Assembleia, eleitos pelos respectivos pares por unidades orgânicas, os seguintes:

- a) Cinco docentes nacionais em tempo integral, sendo um para cada uma das categorias;
- b) Um estudante;
- c) Um elemento do pessoal técnico, administrativo e auxiliar.

3. São membros da Assembleia da ESPB por inerência:

- a) O Director Geral;
- b) Os Directores Gerais-Adjuntos;
- c) O Secretário Geral;
- d) Os Chefes de Departamento de Ensino e Investigação;
- e) As individualidades que presidirem os órgãos de gestão das unidades orgânicas;
- f) O Presidente e o Vice-Presidente da Associação dos Estudantes da Instituição;
- g) Os Secretários Gerais das Associações de Estudantes de cada unidade orgânica.

4. São também membros da Assembleia por indicação, um representante de instituições públicas ou da sociedade civil por cada unidade orgânica.

5. O Presidente da Mesa da Assembleia, nos termos que forem definidos no seu regulamento interno, pode convidar

a participar nos trabalhos da Assembleia, sem direito a voto, outras entidades cuja presença seja considerada útil.

ARTIGO 17.º

(Mesa da Assembleia)

1. Os trabalhos da Assembleia são dirigidos por uma Mesa, eleita pelos membros da Assembleia, para todo o seu mandato.

2. A Mesa de Assembleia é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

3. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia, em coordenação com o Director Geral, nos termos do respectivo Regimento Interno;
- b) Presidir as reuniões da Assembleia;
- c) Comunicar ao Órgão de tutela, no prazo máximo de 7 (sete) dias, o resultado do acto eleitoral do Director Geral, bem como as reclamações existentes;
- d) Assinar as deliberações da Assembleia e levá-las ao conhecimento do Director Geral, em tempo devido.

4. Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, coadjuvar o Presidente e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

5. Compete ao Secretário da Mesa da Assembleia redigir as actas das reuniões da Assembleia, bem como redigir e guardar o expediente ligado à actividade da Assembleia.

6. Não podem ser eleitos membros da Mesa da Assembleia os titulares dos órgãos executivos.

ARTIGO 18.º

(Competências)

Compete à Assembleia da Instituição:

- a) Eleger os membros da Mesa da Assembleia no início de cada mandato;
- b) Elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- c) Pronunciar-se sobre o Projecto de Estatuto Orgânico da instituição e sobre eventuais alterações ao estatuto da instituição que deve ser submetido ao Departamento Ministerial de tutela, para os devidos efeitos;
- d) Aprovar o relatório de actividades e contas que deve ser submetido à homologação do Departamento Ministerial de tutela;
- e) Elaborar e aprovar os regulamentos eleitorais em conformidade com o regime geral eleitoral das instituições de ensino superior públicas;

- f) Aprovar os regulamentos de ensino da instituição;
- g) Eleger três candidatos para o exercício do cargo de titular do órgão executivo e submeter ao Departamento Ministerial de tutela;
- h) Pronunciar-se sobre o plano de desenvolvimento da Instituição;
- i) Pronunciar-se sobre o relatório de avaliação da Instituição e sobre as orientações de aproveitamento dos seus resultados;
- j) Pronunciar-se sobre a proposta de criação do fundo de desenvolvimento da instituição;
- k) Pronunciar-se sobre a concessão de títulos e distinções honoríficas de carácter académico;
- l) Decidir sobre os recursos e reclamações que lhe sejam submetidos;
- m) Aprovar o programa anual da instituição e o respectivo orçamento, abarcando o orçamento próprio e o transferido do Orçamento Geral do Estado;
- n) Pronunciar-se sobre os demais assuntos inerentes ao funcionamento da instituição e que se enquadram nas suas competências.

ARTIGO 19.º
(Mandato)

1. O mandato dos membros eleitos da Assembleia da Instituição é de 4 (quatro) anos, renovável apenas uma vez, excepto o dos estudantes que é de 2 (dois) anos.

2. O mandato dos membros eleitos da Assembleia pode cessar antecipadamente, em caso de renúncia ou de perda de mandato, nos termos da lei e do presente Estatuto.

3. A renúncia é livre e admitida a todo o tempo.

4. Perdem o mandato os membros que no decurso do mesmo forem atingidos por incapacidade de carácter permanente ou alvo de condenação proferida no âmbito do processo disciplinar, bem como aqueles que percam a qualidade porque foram eleitos ou que não cumprem com as obrigações decorrentes do presente Estatuto e do Regimento Interno da Assembleia.

5. As vagas criadas na Assembleia da Instituição resultantes da cessação antecipada de mandatos, são preenchidas pelos elementos que figuram seguidamente na respectiva lista e segundo a ordem indicada.

6. Na falta destes e de suplentes, procede-se à nova eleição pela respectiva classe, desde que as vagas abertas na sua representação perfaçam mais de metade.

7. Os membros designados nos termos do número anterior apenas completam o mandato dos cessantes.

ARTIGO 20.º
(Regimento)

A Assembleia da Instituição elabora o seu Regimento, que deve ser aprovado por maioria absoluta dos membros presentes.

SUBSECÇÃO III
Conselho de Direcção

ARTIGO 21.º
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o órgão colegial de apoio ao Director Geral em matéria de coordenação de acções entre os diferentes serviços, no que concerne à gestão administrativa, patrimonial, económica e financeira, de modo a garantir o pleno exercício da missão científica, pedagógica e cultural da instituição.

2. O Conselho de Direcção reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Director Geral.

3. O Conselho de Direcção é integrado pelas seguintes entidades:

- a) Director Geral, que o preside;
- b) Directores Gerais-Adjuntos;
- c) Secretário Geral;
- d) Titulares dos Serviços Executivos e de Apoio Técnico;
- e) Titulares dos Departamentos de Ensino.

4. Podem participar das reuniões do Conselho de Direcção outras entidade que o Director Geral, por sua iniciativa ou por recomendação dos restantes membros do Conselho, entenda convidar.

ARTIGO 22.º
(Organização e funcionamento)

O funcionamento e organização do Conselho de Direcção regem-se por Regimento próprio.

ARTIGO 23.º
(Conselho Científico)

1. O Conselho Científico é o órgão deliberativo da Instituição, ao qual compete apreciar e emitir parecer sobre questões relacionadas com a área científica.

2. As reuniões do Conselho Científico são presididas pelo Director Geral-Adjunto para a Área Científica.

3. Ao Conselho Científico compete o seguinte:

- a) Elaborar e propor alterações ao regimento interno do seu funcionamento;
- b) Propor a criação, modificação ou extinção de cursos;

- c) Aprovar os programas das disciplinas que constituam os «Currículos» dos cursos e propor a sua reestruturação;
- d) Deliberar sobre a organização e o conteúdo dos planos curriculares e de estudo;
- e) Avaliar o desempenho científico dos docentes;
- f) Pronunciar-se sobre a avaliação interna e externa dos docentes;
- g) Pronunciar-se sobre a aquisição de equipamento científico das unidades orgânicas, bem como sobre a sua utilização;
- h) Pronunciar-se sobre a admissão dos docentes, mediante proposta do titular do cargo executivo, nos termos da legislação em vigor;
- i) Acompanhar e orientar os trabalhos científicos;
- j) Propor à Assembleia a concessão do grau de doutor «honoris causa»;
- k) Pronunciar-se sobre a superação dos docentes;
- l) Propor à criação de cursos a integrar na unidade orgânica;
- m) Emitir parecer sobre o regulamento e instruções atinentes ao normal funcionamento das aulas e dos exames, quer de frequência, quer dos exames finais;
- n) Definir as regências dos cursos e das disciplinas e acompanhar a sua actividade;
- o) Definir a composição de júris para provas de graduação;
- p) Propor as regras para atribuição de regências e do controlo da qualidade do ensino;
- q) Emitir parecer sobre o enquadramento de professores convidados;
- r) Propor o número de vagas para cada curso de graduação;
- s) Pronunciar-se sobre a actividade de inspecção e sobre a avaliação da Instituição;
- t) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas superiormente e pelas normas legais em vigor;
- u) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe sejam atribuídos por lei ou submetidos pelos órgãos de gestão da instituição.

4. O Conselho Científico da unidade orgânica rege-se por Regimento próprio.

ARTIGO 24.º

(Composição do Conselho Científico)

1. O Conselho Científico é composto pelos seguintes membros:

- a) Titular do cargo executivo de gestão da área, que o preside;
- b) Titular do cargo executivo de gestão;
- c) Vice-Decanos e Directores Gerais-Adjuntos;
- d) Coordenadores dos Cursos;
- e) Regentes das disciplinas;
- f) Chefes de Departamentos de ensino e investigação;
- g) Docentes com grau de mestre e de doutor.

2. Podem ser convidados às reuniões do Conselho Científico, sem direito a voto, outros docentes e personalidades cuja presença seja considerada necessária.

3. Nos casos em que a exigência do serviço o determine, o Conselho Científico pode possuir uma comissão permanente, para análise e deliberação a respeito de assuntos correntes.

4. As deliberações do Conselho Científico entram em vigor após homologação pelos órgãos competentes e a sua respectiva publicação.

ARTIGO 25.º

(Conselho Pedagógico)

1. O Conselho Pedagógico é o órgão deliberativo da ESPB, ao qual compete apreciar e emitir parecer sobre questões relacionadas com as áreas pedagógica e académica da Instituição.

2. As reuniões do Conselho Pedagógico são presididas pelo Director Geral-Adjunto para a Área Académica, na ausência do Director Geral.

3. O Conselho Pedagógico tem as seguintes competências:

- a) Elaborar e propor alterações ao seu Regimento;
- b) Estabelecer e acompanhar a execução das linhas gerais de organização e orientação académica e pedagógica da unidade orgânica;
- c) Analisar e aprovar os programas e relatórios da actividade académica e pedagógica;
- d) Analisar e adaptar os calendários escolares e elaborar os horários académicos para cada ano lectivo;
- e) Acompanhar a actividade pedagógica dos diversos docentes, harmonizando-a no quadro da unidade orgânica e no quadro da instituição;
- f) Adaptar e velar pela execução do regime académico e do regime disciplinar dos discentes, em vigor na instituição;
- g) Promover a organização didáctica, audiovisual e bibliográfica dos cursos e emitir parecer sobre propostas relativas a essa matéria;

- h)* Elaborar propostas relacionadas com a acção social destinada aos estudantes;
- i)* Pronunciar-se sobre a actividade de inspecção e sobre a avaliação da instituição;
- j)* Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe sejam atribuídos por lei ou submetidos pelos órgãos de gestão da instituição.

4. O Conselho Pedagógico rege-se por Regimento próprio.

ARTIGO 26.º

(Composição do Conselho Pedagógico)

1. O Conselho Pedagógico é composto pelos seguintes membros:

- a)* Director Geral-Adjunto da área, que o preside;
- b)* Coordenadores dos cursos;
- c)* Regentes das disciplinas;
- d)* Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação;
- e)* Director do Centro de Estudos e de Investigação Científica;
- f)* Docentes com grau de mestre e de doutor;
- g)* Dois representantes dos estudantes.

2. Nos casos em que a exigência do serviço o determine, o Conselho Pedagógico pode possuir uma comissão permanente, para análise e deliberação a respeito de assuntos correntes.

3. As deliberações do Conselho Pedagógico entram em vigor após homologação pelos órgãos competentes e a sua respectiva publicação.

SECÇÃO III

Serviços de Apoio Técnico e Instrumental

ARTIGO 27.º

(Gabinete do Director Geral)

1. O Gabinete do Director Geral é o serviço de apoio instrumental, encarregue do apoio directo e pessoal que assegura a actividade do Director Geral, no relacionamento com os diferentes órgãos e serviços da Instituição, com os demais órgãos da Administração Pública e com outras entidades públicas e privadas.

2. O Gabinete do Director Geral é dirigido por um chefe nomeado pelo Director Geral, com a categoria de Chefe de Departamento e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

3. A organização e o funcionamento do Gabinete do Director Geral regem-se por regulamento próprio.

ARTIGO 28.º

(Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos)

1. Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos são serviços de apoio instrumental, encarregues do apoio directo aos respectivos titulares, no que concerne à recepção de documentos e a expedição administrativa.

2. Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos são dirigidos por chefes nomeados pelo Director Geral e dispõem dos recursos humanos e materiais necessários ao seu cabal funcionamento e regem-se por regulamento próprio.

ARTIGO 29.º

(Gabinete do Secretário Geral)

1. O Gabinete do Secretário Geral exerce a sua acção no domínio do expediente burocrático e na interligação directa com os serviços que se encontram sob dependência do Secretário Geral.

2. O Gabinete do Secretário Geral é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento e rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 30.º

(Departamento Jurídico)

1. O Departamento Jurídico é um serviço de apoio técnico encarregue de superintender e realizar toda a actividade de assessoria jurídica.

2. O Departamento Jurídico é constituído pelas seguintes secções:

- a)* Secção Técnica-Jurídica;
- b)* Secção de Contencioso.

3. O Departamento Jurídico é dirigido por um chefe, nomeado pelo Director Geral e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

4. A organização e o funcionamento do Departamento Jurídico regem-se por regulamento próprio.

ARTIGO 31.º

(Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional)

1. O Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional é o serviço de apoio técnico que exerce a sua acção nos domínios da cooperação, das relações internacionais e do intercâmbio com instituições da região académica, do País e do estrangeiro.

2. O Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional é constituído pelas seguintes secções:

- a)* Secção de Cooperação;
- b)* Secção de Intercâmbio Internacional.

3. O Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral, dispondo de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

4. O Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 32.º

(Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística)

1. O Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de apoio técnico que exerce a sua acção nos domínios da planificação, da gestão e do tratamento de dados estatísticos.

2. O Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secção de Planificação;
- b) Secção de Estatística.

3. O Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

4. O Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 33.º

(Departamento de Informação Científica e Documentação)

1. O Departamento de Informação Científica e Documentação é um serviço que exerce a sua actividade no âmbito da recolha, tratamento e difusão de informação e documentação com interesse para a instituição, da redacção de boletins e jornais, bem como da coordenação metodológica dos serviços editoriais e da relação com os meios de comunicação social.

2. O Departamento de Informação Científica e Documentação é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secção de Informação Científica;
- b) Secção de Comunicação e Documentação;
- c) Secção de Edição.

3. O Departamento de Informação Científica e Documentação é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento e rege-se por regulamento próprio.

SECCÃO IV

Serviços Executivos

ARTIGO 34.º

(Departamento de Administração e Gestão do Orçamento)

1. O Departamento de Administração e Gestão do Orçamento é um serviço que exerce a sua actividade nos domínios da administração financeira, patrimonial, gestão orçamental, expediente e arquivo geral, protocolo e relações públicas.

2. O Departamento de Administração e Gestão do Orçamento é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secção de Administração;
- b) Secção de Finanças;
- c) Secção de Património;
- d) Secção de Protocolo e Relações Públicas.

3. O Departamento de Administração e Gestão do Orçamento é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

4. O Departamento de Administração e Gestão do Orçamento rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 35.º

(Departamento de Recursos Humanos)

1. O Departamento de Recursos Humanos é um serviço que exerce a sua acção no domínio da gestão dos recursos humanos afectos à instituição e da gestão disciplinar do pessoal.

2. O Departamento de Recursos Humanos é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secção de Recursos Laborais;
- b) Secção de Formação e Superação de Quadros.

3. O Departamento de Recursos Humanos é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

4. O Departamento de Recursos Humanos rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 36.º

(Departamento de Assuntos Académicos)

1. O Departamento de Assuntos Académicos é o serviço executivo encarregue de gerir a actividade no domínio académico da instituição, em particular na gestão curricular dos cursos de graduação, na emissão de diplomas, certificados e certificação de títulos honoríficos, do expediente e arquivo dos documentos respeitantes aos estudantes, bem como do fomento e apoio à actividade de natureza académica, sob dependência do Director Geral-Adjunto para a Área Académica.

2. O Departamento de Assuntos Académicos é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secretaria Académica;
- b) Secção de Gestão Académica;
- c) Secção de Gestão Pedagógica;
- d) Secção de Orientação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho.

3. O Departamento de Assuntos Académicos é dirigido por um chefe, nomeado pelo Director Geral, sob proposta do Director Geral-Adjunto para a Área Académica e dispõe de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento e rege-se por regulamento próprio.

ARTIGO 37.º

(Departamento de Apoio Social, Cultural e Desportivo)

1. O Departamento de Apoio Social, Cultural e Desportivo é um serviço de natureza executiva, encarregue de implementar acções de apoio social diversificado aos estudantes, bem como promover acções de carácter cultural, recreativo e desportivo na instituição.

2. O Departamento de Apoio Social, Cultural e Desportivo é constituído pelas seguintes secções:

- a) Secção de Apoio Social;
- b) Secção de Promoção Cultural e Recreativa;
- c) Secção de Promoção de Actividades Desportivas.

3. O Departamento de Apoio Social, Cultural e Desportivo é dirigido por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe dos recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento e rege-se por regulamento próprio.

4. As actividades de carácter desportivo são organizadas nos termos da Lei de Bases do Desporto.

SECÇÃO V

Serviços de Apoio

ARTIGO 38.º

(Biblioteca da Instituição)

1. A Biblioteca Central da Instituição é um serviço responsável pela aquisição, preservação, enquadramento e tratamento metodológico e técnico do património bibliográfico e documental da Instituição, que presta apoio à universidade no domínio do ensino e da investigação científica, sob dependência do Director Geral-Adjunto para Área Científica.

2. A Biblioteca Central da Instituição é dirigida por um chefe, nomeado por despacho do Director Geral e dispõe de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

3. As Bibliotecas das unidades orgânicas da escola dependem metodologicamente da Biblioteca Central da Instituição.

CAPÍTULO III

Unidades Orgânicas

SECÇÃO I

Tipologia de Unidades Orgânicas

ARTIGO 39.º

(Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação)

1. A ESPB tem na sua estrutura como unidades orgânicas de ensino, os departamentos de ensino.

2. As unidades orgânicas de ensino são autorizadas pelo Departamento Ministerial de tutela, sob proposta do Director Geral, após deliberação favorável dos órgãos colegiais da instituição.

3. Na prossecução dos objectivos a que se propõem as unidades orgânicas de ensino têm as seguintes atribuições:

- a) Ministras os cursos superiores definidos legalmente a nível da graduação;
- b) Prestar serviços à comunidade;
- c) Desempenhar as tarefas que constam dos seus estatutos orgânicos, bem como as que lhes forem determinadas superiormente.

SECÇÃO II

Departamentos de Ensino

ARTIGO 40.º

(Natureza)

1. Os Departamentos de Ensino são unidades orgânicas de carácter monodisciplinar, pluridisciplinar ou interdisciplinar, cujo objecto é a criação e transmissão de conhecimentos, dotadas de recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento.

2. Os Departamentos de Ensino gozam de autonomia científica e pedagógica, nos termos a estabelecer no regulamento próprio.

3. Os Departamentos de Ensino estruturam-se em secções de cursos ou especialidades que tomam as designações destes.

4. Os Departamentos de Ensino são dirigidos por chefes de departamentos nomeados por despacho do Director Geral da Instituição, nos termos da legislação em vigor no subsistema de ensino superior.

5. Cada departamento dispõe de um Conselho Científico-Pedagógico Departamental, que assessora a respectiva direcção, cujo Regulamento é aprovado pelo Conselho Científico.

6. Os Departamentos de Ensino dependem metodologicamente do Conselho Científico e Pedagógico da Instituição.

ARTIGO 41.º

(Regulamento)

O Departamento de Ensino e Investigação rege-se por Regulamento próprio, que estabelece a sua organização e as regras de funcionamento, que deve ser aprovado pela maioria absoluta dos membros presentes na Assembleia da Instituição.

CAPÍTULO IV
Diplomas, Certificados e Títulos

ARTIGO 42.º
(Diplomas)

1. Nas unidades orgânicas em que se concluíam cursos de graduação deve ser preparado o expediente para outorga, pelo Director Geral da instituição, dos graus académicos e dos correspondentes diplomas.

2. Os diplomas de graduação são assinados pelo Director Geral e pelo titular do órgão executivo da unidade orgânica onde se realizou o curso conducente ao grau.

ARTIGO 43.º
(Certificados)

A instituição emite certificados de habilitações de cursos de graduação que são assinados pelo responsável da respectiva unidade orgânica.

ARTIGO 44.º
(Títulos honoríficos)

A instituição outorga os títulos honoríficos de Professor Emérito e de Doutor Honoris Causa nos seguintes casos:

- a) O título honorífico de Professor Emérito é concedido pela Assembleia da Instituição, mediante proposta fundamentada do Conselho Científico de uma unidade orgânica, à professores aposentados que se hajam distinguido no ensino ou na investigação científica;
- b) O título honorífico de Doutor Honoris Causa é concedido pela Assembleia da Instituição, sob proposta do Director Geral, à eminentes personalidades nacionais ou estrangeiras, exteriores à instituição, que seja de distinguir pela sua actuação em favor da ciência, das letras, das artes ou da cultura em geral.

CAPÍTULO V
Gestão Financeira e Patrimonial

ARTIGO 45.º
(Fundos)

1. Constituem fundos da instituição, os seguintes:
 - a) Dotações provenientes do Orçamento Geral do Estado;
 - b) Receitas provenientes da prestação de serviços das unidades orgânicas, nos termos da lei;
 - c) Subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados;
 - d) Receitas provenientes das taxas, emolumentos e multas, nos termos da lei;

- e) Saldos das contas de gerência de anos anteriores;
 - f) Qualquer outra receita que legalmente lhe advenha.
2. Os fundos da instituição são geridos pelos órgãos executivos de gestão.

ARTIGO 46.º
(Património)

O património da instituição é constituído por:

- a) Conjunto de bens móveis e imóveis de que é titular;
- b) Bens e direitos que lhe sejam afectados pelo Estado angolano;
- c) Bens, equipamentos e direitos que tenham sido cedidos, doados ou afectados à Escola, por organizações, universidades ou outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

ARTIGO 47.º
(Gestão financeira)

1. A gestão financeira da instituição é exercida de acordo com as normas vigentes no País, orientada na base dos seguintes instrumentos:

- a) Planos de actividade anual e plurianual;
- b) Orçamento próprio anual;
- c) Relatório anual de actividades;
- d) Balanço de demonstração da origem e aplicação de fundos.

2. Os instrumentos de gestão a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior, após apreciação do Conselho de Direcção, devem ser submetidos ao Departamento Ministerial de tutela para homologação.

CAPÍTULO VI
Símbolos e Distinções

ARTIGO 48.º
(Símbolos, insígnia e cores da Instituição)

A instituição possui símbolos, insígnia e cores próprias, que são aprovados pela Assembleia, sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 49.º
(Distinções)

A ESPB pode atribuir distinções, cujo tipo e procedimentos para a sua atribuição, constam de regulamento próprio a ser aprovado pela Assembleia da Instituição.

ARTIGO 50.º
(Trajes académicos)

1. Os trajes académicos e as insígnias são fixados pelos órgãos competentes da instituição e são de uso obrigatório em solenidades académicas.

2. Em actividades académicas na instituição, não é permitido o uso de insígnias e trajes próprios, excepto aos professores e doutores de outras instituições de ensino superior que podem usar trajes e insígnias próprias.

ARTIGO 51.º

(Cerimónias académicas)

1. Têm solenidade protocolar os seguintes actos:

- a) Dia da Instituição;
- b) Tomada de posse do Director Geral e dos Directores Gerais-Adjuntos;
- c) Abertura e encerramento do ano académico,
- d) Cerimónia de outorga de diplomas.

2. O funcionamento e a organização das solenidades protocolares a que se refere o número anterior regem-se por regulamento próprio.

ARTIGO 52.º

(Recrutamento do pessoal)

O recrutamento do pessoal docente, investigadores e não docente, bem como o seu modo de provimento é feito nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

ARTIGO 53.º

(Outras estruturas)

1. Sempre que o volume de tarefas o justifique, podem ser criados gabinetes técnicos, oficinas ou outras estruturas, na dependência directa dos respectivos órgãos de Gestão.

2. A efectivação do disposto no número anterior, carece de Diploma Legal Conjunto do Ministro de tutela, do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e do Ministro das Finanças, sob proposta dos órgãos competentes da Instituição.

3. As estruturas referidas no número anterior regem-se por regulamentos próprios a aprovar pelos órgãos competentes.

ARTIGO 54.º

(Quadro de pessoal e organigrama)

O quadro de pessoal e o organigrama são os constantes nos anexos I e II do presente Estatuto e que dele são parte integrante.

ARTIGO 55.º

(Regulamentação)

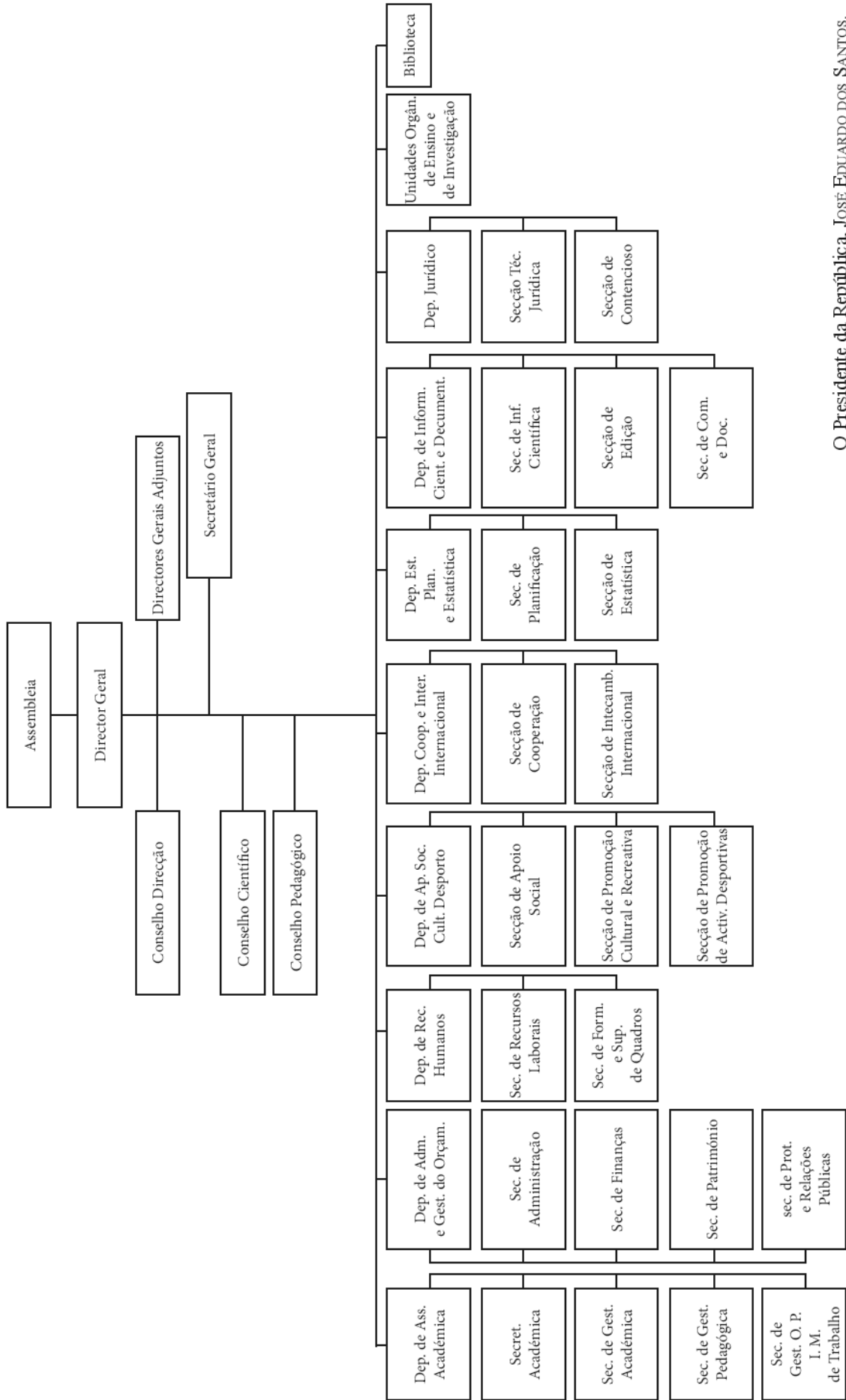
O presente Estatuto é objecto de regulamentação no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação.

ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 54.º

Categoria	Função	Lugares Criados
Dirigente	Director Geral	1
	Director Geral-Adjunto	2
	Secretário Geral	1
Chefia	Chefe de Departamento Administrativo	9
	Chefe de Depart. de Ensino e Investigação	5
	Chefe de Secção	22
Docente	Professor Titular	30
	Professor Associado	37
	Professor Auxiliar	40
	Assistente	45
	Assistente-Estagiário	50
Técnico Superior	Assessor Principal	6
	Primeiro Assessor	12
	Assessor	20
	Técnico Superior Principal	27
	Técnico Superior de 1.ª classe	35
	Técnico Superior de 2.ª classe	40
Técnico	Especialista Principal	2
	Especialista de 1.ª classe	3
	Especialista de 2.ª classe	4
	Técnico de 1.ª classe	6
	Técnico de 2.ª classe	8
	Técnico de 3.ª classe	15
Técnico Médio	Técnico Médio Princ. de 1.ª classe	5
	Técnico Médio Princ. de 2.ª classe	7
	Técnico Médio Princ. de 3.ª classe	10
	Técnico Médio de 1.ª classe	10
	Técnico Médio de 2.ª classe	10
	Técnico Médio de 3.ª classe	15
Administração	Oficial Administ. Principal	5
	Primeiro Oficial	6
	Segundo Oficial	8
	Terceiro Oficial	9
	Aspirante	10
	Escriturária-Dactilógrafa	19
	Tesoureiro Principal	1
	Tesoureiro de 1.ª classe	1
	Tesoureiro de 2.ª classe	1
	Motorista de Pesados Principal	1
	Motorista de Pesados de 1.ª classe	1
	Motorista de Pesados de 2.ª classe	1
	Motorista de Ligeiros Principal	1
	Motorista de Ligeiros de 1.ª classe	2
	Motorista de Ligeiros de 2.ª classe	4
Telefonista Principal	1	
Telefonista de 1.ª classe	2	
Telefonista de 2.ª classe	2	
Auxiliar	Auxiliar Administ. Principal	5
	Auxiliar Administ. de 1.ª classe	6
	Auxiliar Administ. de 2.ª classe	10
	Auxiliar Limpeza Principal	8
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª classe	10
Auxiliar de Limpeza de 2.ª classe	11	
Operário Qualificado	Operário Qualif. Encarregado	3
	Operário Qualificado de 1.ª classe	6
	Operário Qualificado de 2.ª classe	10

ANEXO II
Organigrama a que refere o artigo 54.º



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

Despacho n.º 852/12 de 22 de Junho

Considerando que através do Despacho n.º 401/12, de 30 de Abril, foram conferidos poderes bastantes a Yusa Olívia Nascimento dos Santos e a Teresa Dias dos Santos, para junto dos Serviços de Migração e Estrangeiros, solicitar pedidos de Concessão de Vistos e Actos Migratórios;

Havendo a necessidade da substituição de Yusa Olívia Nascimento dos Santos, pela Fátima Maria da Conceição Rodrigues Coelho Martins, na qualidade de Secretária Geral;

Sendo igualmente necessário integrar Luís Filipe da Silva e Joaquim Ventura;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto

Presidencial n.º 6/10, de 24 de Abril, e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1.º — São integrados para junto dos Serviços de Migração e Estrangeiros, solicitar pedidos de Concessão de Vistos e Actos Migratórios, a favor de trabalhadores expatriados, que prestam serviços ao Sector da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva, Secretário de Estado das Águas, Joaquim Ventura, Secretário de Estado da Energia e Fátima Maria da Conceição Rodrigues Coelho Martins.

2.º — São revogados todos os despachos que contrariem o presente aditamento.

3.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Junho de 2012.

O Ministro, *João Baptista Borges*.